



**MARINHA DO BRASIL**  
**PAGADORIA DE PESSOAL DA MARINHA**

**APÊNDICE I**

**ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES**

**CREDENCIAMENTO DA(S) ENTIDADE(S) CONSIGNATÁRIA(S)**

Processo Administrativo nº 63438.001665/2025-87

**PAGADORIA DE PESSOAL DA MARINHA**  
**ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES**

**1. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

1.1. A Pagadoria de Pessoal da Marinha é a Organização Militar (OM) responsável por administrar os sistemas de pagamento atinentes ao pessoal da Marinha do Brasil, no país e no exterior, a fim de contribuir com a preparação e eficácia do Poder Naval.

1.2. O objeto pretendido é a contratação não onerosa para propiciar o processamento, por intermédio do Sistema de Pagamento de Pessoal da Marinha (SISPAG), da Pagadoria de Pessoal da Marinha (PAPEM), os descontos autorizados pelos militares ativos, veteranos e pensionistas da Marinha, relativos a empréstimos consignados, planos de previdência, mensalidade social, planos de seguros da CONTRATADA, esta na qualidade de Entidade Consignatária, de acordo com as especificações contidas no instrumento convocatório e seus anexos.

1.3. A presente contratação poderá ser atendida, por inexigibilidade, haja vista que o objeto em lide pode ser contratado por meio de credenciamento, conforme fundamentado no art. 74, inciso IV da Lei nº 14.133/2021. Ademais, não é possível limitar o número de participantes e, tampouco, estabelecer competição entre os interessados em contratar com a Administração Pública. A licitação, portanto, é inexigível.

1.4. Confirmado que a demanda será melhor atendida pela contratação do maior número de interessados possível, fica legítima a instauração do Credenciamento.

**2. DEFINIÇÕES**

2.1. **CONSIGNANTE** – Pagadoria de Pessoal da Marinha – PAPEM, gestora de todas as consignações, que processa os descontos relativos na remuneração, nos proventos ou na pensão do Consignado, em favor da EC.

2.2. **CONSIGNATÁRIA**: pessoa jurídica destinatária de créditos resultantes de consignação, em decorrência de relação jurídica que a autorize.

2.3. **CONSIGNADO**: militar da ativa, veterano ou pensionista, vinculados ao Comando da Marinha que tenha estabelecido com a EC relação jurídica e que tenha autorizado expressamente a consignação.

2.4. **Desconto autorizado**: valor deduzido da remuneração, dos proventos, ou da pensão do Consignado, mediante solicitação formal da EC, autorização expressa do Consignado e anuência do Consignante, dentro dos limites e prioridades estabelecidos na legislação em vigor.

2.5. **Sistema Digital de Consignações**: sistema informatizado que possibilita que as CONSIGNATÁRIA possuam contrato com a Consignante realize atividades indispensáveis à efetivação das consignações em folha de pagamento do pessoal vinculado ao Comando da Marinha.

2.6. **Margem Consignável (MC)**: valor disponível legal para o militar e pensionista descontar em Folha de Pagamento.

### **3. REFERÊNCIA A OUTROS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO**

3.1. Conforme previsto no Art. 6º Portaria SEGES/MGI N.º 1.769, de 25 de abril de 2023, os credenciamentos realizados, nos termos do disposto no caput do art. 25 da Lei nº 8.666, de 1993, que compreendem os atuais processos desta Pagadoria, deverão ser extintos até 31 de dezembro de 2024.

### **4. LEGISLAÇÃO E NORMAS**

4.1. A Lei Geral de Licitações, Lei nº 14.133/2021, é a principal referência para essa contratação, sendo observada também a Portaria SEGES/MGI nº 1.769 de 25 de abril de 2023 e o Decreto nº 11.878, de 9 de janeiro de 2024.

### **5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

5.1. Os requisitos indispensáveis para satisfazer a necessidade da contratação são aqueles constantes no Instrumento convocatório e seus anexos.

### **6. LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR**

6.1. A referida contratação visa cumprir o preconizado no Art. 6º Portaria SEGES/MGI n.º 1.769, de 25 de abril de 2023, que determina que os credenciamentos realizados, nos termos do disposto no caput do art. 25 da Lei nº 8.666, de 1993, deverão ser extintos até 31 de dezembro de 2024. Desta forma deverão ser moldados na forma da Lei 14.133/21.

### **7. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

7.1. A Pagadoria de Pessoal da Marinha é a Organização Militar (OM) responsável por administrar os sistemas de pagamento atinentes ao pessoal da Marinha do Brasil (MB), no país e no exterior, a fim de contribuir com a preparação e eficácia do Poder Naval.

7.2. A União, por intermédio da Marinha do Brasil possui contratos para descontos autorizados em Folha de Pagamento, com várias Entidades Consignatárias. Estes contratos, cujos modelos e efetivações são submetidos à análise e aprovação da Advocacia-Geral da União, não geram custos ou benefícios financeiros para a Marinha do Brasil, que os promove com o intuito de proporcionar facilidades aos militares ativos, veteranos e pensionistas da Marinha.

7.3. Atualmente a MB possui cerca de 65 (sessenta e cinco) contratos com Entidades Consignatárias (EC, com vigência até 02 de junho de 2027. Esta Pagadoria verificou a necessidade de iniciar um novo processo de credenciamento, conforme determinado no Art. 6º, da Portaria SEGES/MGI n.º 1.769, de 25 de abril de 2023.

7.4. Ademais, não é possível limitar o número de participantes e, tampouco, estabelecer

competição entre os interessados em contratar com a Administração Pública. A licitação, portanto, é inexigível.

7.5. Confirmado que a demanda será melhor atendida pela contratação do maior número de interessados possível, fica legítima a instauração do Credenciamento.

## **8. JUSTIFICATIVA PARA VIGÊNCIA DO CONTRATO**

8.1. O contrato terá vigência de 5 (cinco) anos, contados da assinatura, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. A presente contratação tem como objetivo propiciar aos militares ativos e veteranos e aos pensionistas da Marinha do Brasil (MB), os descontos autorizados em Folha de Pagamento, relativos a empréstimos pessoais, planos de previdência, mensalidade social e planos de seguros, cabendo ressaltar que dos **335 mil** contratos referentes a empréstimos consignados registrados no Sistema Digital de Consignações e processados, mensalmente, no Sistema de Pagamento da Marinha, **86,80% está enquadrado no prazo de 72 meses (prazo máximo)**, portanto, no intuito de dar confiabilidade, perdurabilidade, segurança e estabilidade aos negócios realizados pelos nossos militares e pensionistas junto às Entidades Consignatárias (EC) conveniadas, de forma a estabelecer um vínculo duradouro entre a MB e às EC, de vigência do contrato será fixado em 60 meses conforme preconizado no art. 107, da Lei nº 14.133/2021.

## **9. ESTIMATIVA DE PREÇO OU PREÇOS REFERENCIAIS**

9.1. Não há custo para a contratação da solução recomendada, de acordo com as características do objeto pretendido.

## **10. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

10.1. A solução pretendida é a realização do processo de credenciamento, com fulcro no caput do art. 74, da Lei nº 14.133/2021 e o Decreto nº 11.878/2024.

10.2. O Edital de Credenciamento aberto consiste na habilitação de CONSIGNATÁRIAS que atendam aos requisitos estabelecidos no Presente Processo Administrativo, para possibilitar o processamento, por intermédio do Sistema de Pagamento da Marinha (SISPAG), dos descontos autorizados pelos militares ativos e veteranos e pensionistas desta Força, relativos a empréstimos consignados, planos de previdência, mensalidade social e planos de seguros.

10.3. A consignação é uma forma de pagamento realizada de maneira indireta por serviços e produtos oferecidos pelas CONSIGNATÁRIAS, em razão de negócio jurídico de natureza privada firmado com os beneficiários vinculados à Marinha do Brasil (MB), sendo deduzida, mediante autorização, no bilhete de pagamento (BP) mensal do beneficiário, respeitada a margem consignável disponível.

10.4. O Contrato a ser estabelecido destina-se ao vínculo entre a CONSIGNANTE e às CONSIGNATÁRIA serem habilitadas no presente Processo Administrativo.

10.5. O presente Processo Administrativo tem fundamentação na Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil Brasileiro), na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999 (Normas básicas sobre o processo administrativo na Administração Pública Federal Direta - APF) e no Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de introdução às Normas do Direito Brasileiro), Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos da Administração Pública) e o Decreto nº 11.878, de 9 de janeiro de 2024.

10.6. O processo de habilitação das CONSIGNATÁRIA será realizado por intermédio dos critérios estabelecidos no Termo de Referência (TR), fundamentados, subsidiariamente, Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos da Administração Pública), Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 26 de maio de 2017 (Contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da APF), Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 (Execução indireta de serviços da APF mediante contratação).

10.7. A habilitação das CONSIGNATÁRIA interessadas será realizada por intermédio do atendimento aos Critérios de Habilitação estabelecidos no TR.

10.8. As Regras de Funcionamento e Diretrizes de conduta para as CONSIGNATÁRIAS habilitadas para operacionalização de descontos consignados em Folha de Pagamento, estão pormenorizadas na Minuta do Contrato e seus anexos a serem assinados com a Administração Pública, que integram este Processo Administrativo.

## **11. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO QUANDO NECESSÁRIA PARA INDIVIDUALIZAÇÃO DO OBJETO**

11.1. Não se aplica.

## **12. PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO**

12.1. Não será necessária a adequação do ambiente do órgão.

## **13. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

13.1. Este tipo de serviço não requer contratação correlatas e/ou interdependentes.

## **14. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO**

14.1. Após a análise dos estudos preliminares declaramos a viabilidade da contratação.

14.2. Ademais, a fiscalização da contratação deverá ser exercida por profissional indicado pelo setor requisitante e deverá ser ratificada e formalizada por meio de portaria do Diretor da Pagadoria de Pessoal da Marinha.

## **15. NECESSIDADE DE ADOÇÃO DO GRAU DE SIGILO**

15.1. Ao final da elaboração dos Estudos Preliminares foi avaliado sobre a necessidade de classificá-los nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e foi decidido que não haverá necessidade de classificação em função de não haver elementos que os justifiquem, Todavia com fulcro na redação dessa mesma lei, todos os cuidados deverão ser tomados pois se trata de dados sobre a Folha de Pagamento dos Militares e Pensionistas, que por serem confidenciais receberão o tratamento devido.

15.2. Embora os documentos não necessitem de adoção de grau de sigilo deverão ser observadas todas as normas relativas à segurança para o acesso às instalações da Marinha do Brasil além do contido na Lei nº 13.079, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Rio de Janeiro, RJ, na data da assinatura

MARCOS AURÉLIO TEIXEIRA VERISSIMO  
Capitão de Corveta (RM1-T)  
Encarregado da Seção de Consignações